05 JUL 1993

Saúde sem lei

O GLOBO

EDUARDO QUADROS SPÍNOLA

O atual Governo federal herdou um sistema de saúde pública em crise das mais profundas e no limiar do caos total.

O sistema foi mergulhado na ilegalidade e na inconstitucionalidade pelos sucessivos decretos e portarias que trataram de antecipar a Constituição. Esta, promulgada em outubro de 88, apresentou em seu capítulo Saúde um texto híbrido e utópico, necessitando urgentemente a expressão da Lei para que seja implementado de forma responsável e exequível.

A deformação do atual sistema deve-se, fundamentalmente, à predominância de fórmulas mágicas, sempre orientadas para a estatização e impostas ao arrepio da Lei. O último Governo baixou decretos, justificados por exposições de motivo que, a continuação, foram declaradas parte integrante do respectivo decreto, tudo altamente conflitante com a Constituição vigente e plenamente ilegais.

Essa inconstitucionalidade é confirmada pela atual Consultoria Geral da República que, em recente parecer devidamente aprovado, derruba essa esdruxulidade cujo único objetivo era o de perpetuar a ilegalidade e garantir a implantação do Suds, sistema que na realidade dos fatos

mostrou sua inviabilidade, a contradição da teoria e a verdade da prática.

Hoje o sistema público de saúde sofre as conseqüências do status então vigente, por não ter o respaldo de Lei e, como um sistema sem Lei, sem ordem legal, submergiu na desordem, na indisciplina e na impunibilidade.

As diversas fórmulas mágicas, tais como "saúde para todos pelo Estado, isonomia para todos os funcionários do setor", vêm gerando protestos da população e greves dos servidores, enganados pelas chavões, frustrados ao não verem cumpridas as promessas feitas.

Assim, hoje são as greves dos funcionários insatisfeitos, amanhã será a negativa da população em confiar no setor público de saúde.

Por tudo isto, hoje vivemos numa terrível contradição. O sistema, que nos anos de 87 e 88 recebeu recursos extraordinários da Previdência Social, 38% do seu orçamento, acabou inibindo a participação dos Estados no mesmo. De média que era, tornou-se mínima, não destinando à Saúde mais de 2% do respectivo orçamento estadual. Logicamente, reduzidos os recursos e pulverizada sua aplicação, fracassou-se nos objetivos de melhorar e ampliar a assis-

tência pública, hoje restrita a meros 40% da população.

O Suds, na verdade, representa apenas um processo de estatismo. A fórmula não prospera, pois, a cada dia que passa a população fica mais desassistida, com inúmeros serviços privados desestimulados a participar do sistema, justamente aqueles localizados nas periferias das grandes cidades e no interior do País.

Urge uma lei para a Saúde, que corrija a desordem implantada. Uma lei que traga no seu bojo os princípios didáticos que propiciem uma mudança de mentalidade, que supere a vazia discussão entre estatização e privatização, que faça observar os princípios da liberdade, da responsabilidade do Estado e do cidadão, que imponha os da economicidade e da disciplina; que, ademais, ponha em marcha as diretrizes constitucionais para o setor público de saúde.

Há que se repudiar as fórmulas de gabinete, longínquas da realidade, vizinhas da utopia. A verdadeira descentralização do sistema de Saúde não é a burocrática, mas a de se colocar à disposição do cidadão uma porta aberta por onde ele possa entrar e acalmar seus sofrimentos.